



VIII Jornada Nacional de  
**EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**  
XXI Jornada Regional de  
**EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**

**Educação Matemática: identidade  
em tempos de mudança**  
06 a 08 de maio de 2020



## **O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO E O IMPACTO DA BNCC NO CURRÍCULO: OPINIÕES DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS**

*Maythê Melo Fraga Margoni*  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*  
*maaythem@hotmail.com*

**Eixo Temático:** E1 – Políticas Educacionais

**Modalidade:** Comunicação Científica (CC)

### **Resumo**

Esse artigo tem como principal objetivo, a partir da Base Nacional Comum Curricular, comentar a participação dos professores e possíveis impactos que podem ser gerados nos currículos das escolas, mais especificamente, no currículo dos anos iniciais do ensino fundamental. Como referencial teórico, foram consultados os trabalhos de Santos (2018), Bigode (2019), entre outros, buscando verificar os principais pontos na formulação da base e alguns aspectos que são motivos de crítica de alguns autores. Buscando dialogar com esses autores e com o próprio documento a ser implementado até 2020, foram entrevistadas 4 (quatro) professoras que atuam nos anos iniciais, na rede pública, com o objetivo de verificar se receberam algum tipo de formação e se acreditam ser viável a implementação da BNCC. As análises apontam que algumas professoras recebem algum tipo de formação, mas julgam ser necessárias outras mudanças, como o fornecimento de recursos para as escolas e uma adequação de outros materiais vigentes. Além disso, destacam que a formação no curso de Magistério ou Pedagogia não é suficiente para ter segurança em trabalhar as unidades temáticas da área de matemática descritas na BNCC.

**Palavras-chave:** Base Nacional Comum Curricular. Política Educacional. Currículo. Formação de professores. Implementação.

### **1 Introdução da pesquisa**

Este artigo teve como seu ponto de partida um estudo sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no sentido de compreender as implicações que esse documento traz para o currículo e, como consequência, para o planejamento escolar e a formação dos professores.

A graduação em Pedagogia habilita professores para lecionarem do 1º ao 5º ano dos anos iniciais e, conseqüentemente os torna responsáveis pela matemática. Nesse sentido, acho válido discutir a formação docente desses profissionais que trabalham o currículo de matemática.

De acordo com Santos (2018), que teve como foco de seu estudo o ensino de matemática dos anos iniciais a partir das reformas curriculares, é “necessário discutir a

BNCC, mais especificamente, os conteúdos de matemática, e a participação do professor na construção desse documento que tem como objetivo redimensionar a proposta curricular nas escolas.” (SANTOS, 2018, p.132)

Segundo o próprio documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2018, p.7)

Ou seja, por mais redundante que essa frase possa parecer, a base deve definir o que é básico, o que é essencial em cada nível. O que gera algumas críticas de alguns autores que estudam esse documento normativo.

Bigode (2019), em um texto no qual reflete sobre diversos aspectos relacionados a BNCC, destaca que o Ministério da Educação (MEC) afirma que a base não é currículo e que “o conteúdo da base representa apenas 60% do currículo, que ficará a cargo dos estados” (p. 141), sendo os outros 40% destinados a projetos específicos das instituições e aspectos regionais.

Sendo sua última versão com um total de 600 páginas, o questionamento se há tempo hábil para que todos os conteúdos descritos na BNCC sejam implementados nas escolas passa a ser um interesse dessa pesquisa. Independentemente de ser uma escola da rede pública ou privada, alguns autores apontam críticas em relação a esse documento.

Em seu estudo, Santos (2018) destaca que

A BNCC apresenta dois rumos importantes os quais compreendem de um lado a formação inicial e continuada, e de outro lado a elaboração de materiais didáticos que envolvam as tecnologias digitais. É preciso esclarecer que para esses objetivos se efetivarem depende de muito investimento na formação docente e na infraestrutura das escolas. (SANTOS, 2018, p.140)

Este é outro ponto que me leva a buscar se esse tipo de formação e melhoria está acontecendo nas escolas e, caso esteja acontecendo, como está se dando esse processo. Afinal, trata-se da implementação de uma política pública educacional, ou seja, “é um processo sofisticado, criativo e complexo, cabendo a escola tomar as decisões observando, bem, a implementação e atuação”. (SANTOS, 2018, p. 136)

Buscando compreender um pouco sobre o processo de implementação da BNCC nas escolas e nas práticas escolares dos docentes, foram realizadas entrevistas com professoras dos anos iniciais. A entrevista foi realizada com 4 (quatro) professoras e todas atuam em escolas da rede pública.

O objetivo principal da entrevista foi verificar se receberam algum tipo de formação referente a BNCC, se ela já causa algum impacto nas suas práticas atuais em sala de aula e se acreditam ser essencial a criação de uma base para a educação. Além disso, verificar como está o processo de implementação, visto que a mesma deve passar a vigorar nas escolas em 2020.

## **2 A estrutura da BNCC e a definição de currículo**

A estrutura do documento da Base Nacional Comum Curricular está organizada de acordo com as etapas de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Dentro de cada uma das etapas, estão inclusas cinco áreas do conhecimento, sendo uma delas referente à matemática. Como o nosso foco está nos anos iniciais, nos atentaremos a área de Matemática, na etapa do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Nesta área, a BNCC propõe cinco unidades temáticas: números, álgebra, geometria, grandezas e medidas e probabilidade e estatística. Sendo que, em cada unidade, são definidos os objetos de conhecimento e as habilidades a serem desenvolvidas. É importante destacar que observando as habilidades listadas em cada uma das unidades temáticas propostas pelo documento, observamos um crescimento gradativo do conhecimento ao longo dos anos escolares.

Isto é, uma determinada habilidade e/ou objeto do conhecimento que está previsto para ser desenvolvido ao longo do 1º ano do Ensino Fundamental, “sofre” pequenas alterações ao longo dos anos seguintes, aparentando a ideia de uma continuidade e retomada de tópicos ao longo dos anos escolares e, claro, sendo acrescida de outros conceitos que são abordados somente em um determinado nível de ensino. A ideia destacada e todas as unidades temáticas citadas estão presentes em todos os níveis.

Em todas as unidades temáticas, a delimitação dos objetos de conhecimento e das habilidades considera que as noções matemáticas são retomadas, ampliadas e aprofundadas ano a ano. No entanto, é fundamental considerar que a leitura dessas habilidades não seja feita de maneira fragmentada. A compreensão do papel que determinada habilidade representa no conjunto das aprendizagens demanda a compreensão de como ela se conecta com habilidades dos anos anteriores, o que leva à identificação das aprendizagens já consolidadas, e em que medida o trabalho para o desenvolvimento da habilidade em questão serve de base para as aprendizagens posteriores. (BRASIL, 2018, p. 278)

Podemos observar, pela citação acima, que a BNCC lista os conteúdos que devem ser trabalhados no decorrer do ano letivo em cada etapa do ensino, os tais objetos de conhecimento. Além disso, segundo Bigode (2019), as habilidades descritas na base se

resumem “a uma coleção estaque de itens que não passam de descritores de avaliação” (p. 123). Ou seja, embora tenhamos um novo documento a ser implementado, se mantém a necessidade de avaliar a educação de um modo geral.

Anteriormente, comentei a ideia de que a base não é currículo. Então, partindo da ideia de verificar o que é currículo, observei que Santos (2018) afirma que “o currículo direciona a vida dos sujeitos e que é relevante e de imenso significado para a comunidade escolar, pois dependendo de como os conhecimentos são organizados, apresentados, tem o poder de nortear, mudar ou parar a vida dos estudantes e professores.” (SANTOS, 2018, p. 134)

Nesse sentido, concordo com Bigode (2019) no sentido de que a base organiza os conteúdos e indica onde o professor “deve chegar” para garantir a suposta qualidade de ensino. Ou seja, a base é um currículo a ser seguido por cada professor.

Além da forma como a base está estruturada e o fato de ser considerada, ou não, o currículo ou parte integrante dele, alguns outros aspectos referentes a esse documento e seu processo de construção são questionados por alguns autores. Em seu artigo, Pertile e Justo (2020), destacam que embora a BNCC tenha sido apresentada como objetivo do pleno desenvolvimento da educação, muitos autores desacreditam que essa nova política educacional possa vir a contribuir para a melhor da educação.

### **3 O ponto de vista de alguns autores a respeito da BNCC**

Sandra Selles (2015), em entrevista concedida à revista Retratos da Escola, declara que:

Um movimento de construção curricular deve expressar as múltiplas vozes dos professores, pesquisadores em educação e educadores do País. É notória a pouca adesão dos docentes a políticas e projetos curriculares com os quais não se identificam e que os deixam à margem, como meros aplicadores. (SELLES, 2015, p. 277)

Ou seja, quando estamos diante da elaboração de um documento que não foi construído com a efetiva participação desses profissionais, estamos novamente trazendo inovações idealizadas por “alguém” externo à escola e que, muitas vezes, não tem conhecimento da realidade que ali se encontra. Tal ideia é defendida por Bigode (2018) quando afirma que a suposta afirmação de que os professores participaram da construção da base é uma mera ilusão.

Mas, embora os professores não tenham participado desse processo, a BNCC é um novo documento que estará em vigor em um curto prazo de tempo. Ou seja, mais uma

novidade que chega à escola, gerando possíveis expectativas por ser algo novo. Selles (2015) declara que

[...] a inovação é sempre referida, e lida como a definição da melhoria, do avanço. Não vejo propriamente inovação na proposta atual que não se localize fora do plano retórico ou equivalente aos termos metafóricos de melhoria. Na verdade, não tenho certeza de que anunciar a inovação seja a intenção da BNCC. Vejo-a muito mais ocupada em convencer de que é necessário controlar as práticas e unificar o ensino, e de que esta é a aposta da mudança. Enfim, de que haveria mudanças porque as escolas e seus professores seriam melhor controlados. (SELLES, 2015, p. 273)

Essa ideia de controlar as escolas e os professores remete à ideia de que a crise no sistema de ensino é reflexo de tal descontrole. Ou melhor, que quando for criada uma base curricular, tais aspectos irão desaparecer e a qualidade de ensino será padronizada. Esse e outros argumentos são apresentados e considerados infantis pelo ponto de vista de Bigode (2019).

Outro ponto apresentado pelo autor é o argumento de que embora a BNCC, conforme comentamos anteriormente, contemple 60% do que deve ser trabalhado ao longo do ano letivo, “deve-se considerar que em muitas escolas, não será possível sequer dar conta dos 60% obrigatórios” (BIGODE, 2019, p. 141). E, aqueles outros 40% ficarão de lado, já que não serão cobrados em provas que controlam a qualidade do ensino ofertado. O que, pelo que tudo indica, é o foco desse documento normativo.

Em resumo, a BNCC vem sendo discutida e analisada por diversos autores. Porém, embora tal discussão seja importante, é evidente a necessidade de tal diálogo ter sido realizado com os professores, antes mesmo da base ser de fato aprovada e entrado em vigor, embora tal movimento não altere diretamente a escrita da base.

Buscando compreender como os professores receberam esse novo documento, uma possível formação que possam ter recebido e se estão de acordo com as mudanças que podem acarretar no currículo, foram realizadas algumas entrevistas com professoras que lecionam nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

#### **4 Entrevistas: a opinião dos professores a respeito da BNCC**

As entrevistas foram realizadas via áudios do WhatsApp e transcritas imediatamente após sua realização. Foram entrevistadas quatro professoras, as quais serão identificadas pelas letras A, B, C e D. Todas atuam na rede pública, sendo que as professoras A e B na rede municipal de Viamão, a professora C na rede estadual em uma escola também localizada em Viamão e a professora D na rede estadual no município de Alvorada.

As entrevistas foram semiestruturadas pois tinham um roteiro inicial, mas dependendo de alguma resposta, algumas perguntas foram modificadas e/ou acrescentadas. As entrevistas duraram em média 10 minutos, sendo a mais curta com o tempo equivalente a 6 minutos e a mais longa por volta de 20 minutos.

As perguntas visavam verificar como está ocorrendo o processo de implementação e estudo da BNCC, assim como a opinião de cada professor referente a esse documento. Para tal, foi organizado um roteiro base da entrevista construído por dez perguntas, as quais estão descritas a seguir:

1) Você trabalha em uma escola do município, do estado ou privada? Em qual município você atua? Em qual ano?

2) Na sua escola ou município, foi realizado alguma formação a respeito da BNCC?

3) Você está seguindo os conteúdos descritos na BNCC no seu planejamento escolar?

4) Você acredita ter tempo hábil para implementar tudo que está contemplado na BNCC? Por quê?

5) Você acredita que é necessário ter uma base como diretriz para todas as escolas? Caso sim, você acha que a BNCC é a base ideal para isso? Caso não, por que acredita não ser ideal a criação de uma base?

6) A base inclui aspectos sociais e regionais? Você julga isso como algo importante para ser trabalhado no ambiente escolar?

7) Na sua opinião, a BNCC apenas norteia ou conteúdos ou indica de que forma os trabalhar? Isso para você é um problema?

8) Na BNCC dos anos iniciais, as unidades temáticas relacionadas à matemática estão subdivididas em: números, álgebra, geometria, grandezas e medidas e probabilidade e estatística. Você se sente segura para trabalhar todas essas unidades?

9) Sua formação como professor é suficiente para trabalhar todas essas unidades?

10) Uma breve opinião sobre a BNCC.

A seguir, serão destacados alguns trechos das entrevistas realizadas, dialogando com alguns autores que foram citados anteriormente e o próprio documento da Base Nacional Comum Curricular. Alguns trechos foram editados, o que não gera problema para a análise do ponto de vista de Duarte (2004), pois não tenho a intenção de realizar uma análise de discurso ou algo semelhante. A edição comentada se resume em alterar possíveis gírias, vícios de linguagem e palavras repetidas.

Em relação ao processo de implementação nas escolas e à formação para os professores a respeito da BNCC, percebemos que é algo que ainda está sendo iniciado. A

professora C, por exemplo, não teve nenhuma formação, enquanto as demais afirmam ter tido cerca de duas formações, com o intuito de conhecer e estudar esse documento, mas de um modo superficial.

A professora B, por exemplo, destaca que as duas formações tiveram como foco principal a estrutura do documento. Porém, aspectos referentes as habilidades que deveriam ser desenvolvidas e a estrutura necessária para tal implementação e eficácia do momento não foram pautas das formações.

No que diz respeito a esse processo de implementação, é interessante destacar o comentário realizado pela professora D, que recebeu formações, mas destacou o fato de não participar do processo de construção do documento, ponto já observado por alguns autores.

Se tivéssemos participado da construção, seria bem mais adequado a nossa realidade e nossas necessidades. Até porque a diferença do nível de aprendizagem e turma, dificulta a aplicabilidade de tudo que é proposto na BNCC. Até mesmo porque outros projetos já tiveram dificuldades de serem aplicados na escola. (Professora D)

Como podemos observar, além de destacar o fato de não ter acesso à construção do documento, a professora também destacou que possivelmente não será aplicado tudo que está contemplado na BNCC. A professora C, também destacou sobre, afirmando que “cada turma reage de uma maneira e falta muito recurso para isso.”

A questão da ausência de recursos para as escolas também é algo que gera críticas ao documento, assim como a necessidade de uma adequação para a implementação dessa nova política, como foi destacado por Santos (2018) e é retomado pela professora B.

Eu acredito que não esteja ainda implantado em Viamão também pelo fato que a base serve para dialogar com as leis, com os projetos que já estão em vigor na escola e isso inclui o projeto político pedagógico da escola. Eu ouvi uma situação de que vamos ter que refazer o projeto político pedagógico da escola com base na BNCC, então, o projeto vai ter que se adequar a essa base, vai ter que ser refeito. (Professora B)

Isto é, existe todo um processo envolvido na implementação desse documento, o que pode vir a gerar uma insegurança nos professores pois, nem todos receberam formação e, os que receberam, afirmam que não tem conhecimento sobre o documento completo.

Então, visto que a BNCC não foi implementada nas escolas dos professores entrevistados ou, caso tenha sido iniciado esse processo, não é de conhecimento de todos, decidi pesquisar sobre o que está sendo implementado atualmente. E, para tal, irei me deter no planejamento do município de Viamão uma vez que, a partir da entrevista realizada com a professora B, tomei conhecimento que o município adquiriu o programa Alfa e Beto.

Conversando um pouco com a professora e pesquisando sobre, constatei que este foi adquirido pelo município de Viamão e implementado no ano de 2018 no 1º ano do Ensino

Fundamental e, neste ano de 2019, foi ampliado até o 5º ano. Esse programa apresenta algumas semelhanças com a BNCC, no meu ponto de vista, como os eixos temáticos que podemos vincular com as unidades temáticas propostas na base.

Então, a BNCC não está sendo um documento que está sendo aplicado nas escolas do município de Viamão. O que é colocado em prática é uma política pública que é o Alfa e Beto que é do Instituto Alfa e Beto que é um sistema estruturado de ensino que adquiriram a nível municipal para aumentar os índices de aprendizagem dos alunos. [...] cada ano escolar tem um eixo para ser trabalhado e a partir daqueles eixos vão sendo distribuídos atividades com livros, alguns enfatizando a leitura outros enfatizando disciplinas como matemática, e dentro de cada livro os conteúdos trazidos pelo sistema. (Professora B)

A professora também destacou que os alunos receberam o livro desse Instituto e destacou os eixos temáticos que são trabalhados no 5º ano em matemática: números e operações, tratamento da informação, grandezas e medidas e espaço e forma. Podemos observar que são semelhantes às unidades presentes na BNCC, tanto que a professora levou isso em conta quando afirma que se sente preparado para trabalhar os conteúdos descritos na base. No entanto, destacou que sua formação no curso de Magistério não é suficiente para tal segurança.

Eu acredito que a minha formação de magistério ela não me dá uma convicção e um preparo para trabalhar todos esses eixos que venho trabalhando no quinto ano. [...] E muitos deles eu não posso te negar que trouxe para casa para poder estudar e trabalhar com meus alunos no outro dia. Primeiro então, acredito que eu já tive essa defasagem no magistério, muitos conteúdos eram vistos superficialmente e, também, a questão da formação, da falta de formação [...]. (Professora B)

É importante comentar que as professoras destacaram insegurança em relação aos conteúdos da área de matemática que devem ser abordados. Assim como a professora B, destacam a necessidade de buscar esses conteúdos por outros meios, como a internet e outros livros didáticos, para que possam abordar em sala de aula com segurança. Segundo a professora C, “a formação é básica, deveríamos ter uma reciclagem por parte do governo.”

Dessa forma, tomando como base os comentários realizados pelas quatro professoras, podemos observar que nenhuma acredita estar totalmente preparada para o que vem sendo proposto ou até mesmo pelo que está sendo já desenvolvido. Então, um novo documento e uma nova política educacional acaba por salientar ainda mais a necessidade de uma formação para esses profissionais, assim como foi comentado pelas entrevistadas.

Essa ideia também foi destacada no trabalho desenvolvido por Pertile e Justo (2020), as quais destacam a partir de informações coletadas que os professores parecem não ter o conhecimento matemático necessário para todos os processos.

Outro ponto que foi comum a todas as entrevistas com as professoras é a necessidade de construir uma base como diretriz para todas as escolas. Segundo a professora A, a

construção de uma base é válida pois “unifica tudo e quando o aluno faz transferência não tem diferença.” Essa ideia de padronização do que deve ser ensinado nas escolas, independente se municipal, estadual ou privada, foi apresentada como justificativa para elaboração de uma base por todas as participantes. O que, segundo Bigode (2018), é um dos argumentos apresentados pelo Ministério da Educação para justificar a criação da BNCC e, conforme comentado anteriormente nesse trabalho, considerado do ponto de vista do autor um aspecto infantil que justifica a implementação de tal documento.

Entretanto, destaco que, embora a padronização tenha sido apresentada como uma justificativa para a implantação da base nacional, nenhuma das professoras garante que de fato tal política será capaz de realizar esse feito. Ou seja, que as redes públicas e privadas a partir desse documento podem cada vez mais se aproximar de um mesmo padrão de qualidade de ensino. A nova política vem como uma espécie de tentativa para tal, na visão das entrevistadas.

Um outro ponto que gostaria de destacar foi citado pela professora B. Ela comenta que a BNCC não é currículo, ela apenas norteia o que os professores devem trabalhar. O que, no ponto de vista da definição apresentada anteriormente, poderia ser considerado currículo.

“Eu acredito que ela não é o currículo em si, ela é uma base, eu acho que ela serve para o professor, o gestor ver aonde que a gente quer chegar... mas como eu vou chegar até lá, isso vai depender da autonomia de cada escola.” (Professora B)

Embora a professora não acredite que a base também é currículo, ela destaca a questão da autonomia do professor, o que também é apresentado pelos outros entrevistados, do ponto de vista da metodologia escolhida pelo professor para conduzir os conteúdos propostos. Em outras palavras, temos a que base nacional, na visão das professoras entrevistadas, indica o nosso objetivo como profissionais, o que deve ser cumprido até o fim de um ano letivo, mas é a autonomia e as características de cada profissional que define a forma como isso acontecerá.

Em relação aos aspectos culturais previstos no documento, apenas a professora B tinha conhecimento do fato dos 40% serem dedicados a isso e não estarem contemplados diretamente na base. Mas, todos destacaram ser de extrema importância abordar esses conteúdos na escola, por mais que, a professora D, tenha destacado que não são cobrados nas atividades avaliativas realizadas, ou seja, não sirvam como descritores de qualidade.

Ainda sobre os aspectos culturais, busquei identificar se as professoras poderiam exemplificar o que estava sendo incluso dentro dessa perspectiva da base. O que obtive como retorno, e destacado pela professora B, foi a ideia do estudante valorizar os aspectos regionais do seu local, seja o seu estado ou a sua região, por exemplo. A professora cita, como exemplo, “não adianta trabalharmos questões do Nordeste e não trabalharmos as principais

características da região Sul.” E logo após esse trecho apresenta a nomenclatura “referencial”, ou seja, a importância do aluno não perder o seu referencial, no sentido de que, além dos conteúdos que já devem ser abordados, independente da disciplina escolar, possa estudar sobre o seu próprio ambiente e suas relações.

De modo geral, observo que as opiniões coletadas pelas quatro professoras ao longo das entrevistas são bem semelhantes a respeito da implementação do documento ainda não estar bem definida, em especial do que diz respeito aos subsídios para tal. Quanto a necessidade de um currículo comum, foi destacado como uma boa alternativa para unificar o que vem sendo desenvolvido em diferentes redes de ensino, porém sua eficácia ainda é uma incógnita.

## **5 Considerações Finais**

No decorrer desta pesquisa, pude observar que o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular foi realizado sem a participação efetiva dos professores, os quais são responsáveis por colocar o documento em prática. O qual é destacado por Lopes (2018) como um ponto negativo, pois defende a ideia de que um currículo deve ser elaborado de maneira coletiva, o que entende-se por efetivar a colaboração de todos os envolvidos no processo educacional e, entre eles, claramente encontram-se os professores.

Então, embora ocorra o processo de implementação de um novo documento como diretriz para todas as escolas, este foi construído de modo “externo” a elas, isto é, sem a devida apropriação da realidade em que ele será posto em prática. Tal ideia já estava sendo apresentado por alguns autores que estudam sobre esse processo da implementação da BNCC e reforçada nas entrevistas realizadas.

Além disso, observei, pelas entrevistas realizadas com as professoras, que há uma necessidade de formação e adequação do ambiente escolar para a implementação desse documento. Uma formação tanto do ponto de vista de apresentar e debater sobre essa base, quanto uma atualização acadêmica para as professoras que afirmam que a formação que as habilitam para lecionar nos anos iniciais da educação básica, não é suficiente para prepará-las para os conteúdos descritos na base, ou até mesmo em outros documentos.

E, em relação ao currículo de matemática proposto pela base, algumas professoras acreditam que é possível contemplar tudo que ali é proposto, mas afirmam não ter visto o documento por completo. Enquanto outras defendem que a organização da área da matemática em unidades temáticas facilita o processo de aprendizagem do aluno e a

organização do professor. Tais pontos apontados pelas professoras e o modo como a base está estruturada, assim como o que está contido nela, faz com que eu mantenha a ideia de que, para mim, sim, a base é o currículo ou, pelo menos, parte dele.

Também pude observar que a ideia de se constituir uma base como diretriz para todas as escolas, sejam da rede pública ou privada, é algo que parece ser aceito pelas professoras como algo positivo, no sentido de um padrão entre todas as escolas. Mas também, a implementação de um novo documento é relacionada com a ideia de mudança e é apontado pela professora B.

Ela (BNCC) faz com que a escola seja renovada e reformulada. Traz esse movimento para dentro da escola, dentro do currículo, e conseqüentemente para dentro da sala de aula. Eu acho que o professor está precisando dessa reformulação e a educação está precisando disso. Estamos precisando pensar novas ideias, que a educação mudou e a gente precisa se atualizar. (Professora B)

Após encerrar a pesquisa que gerou este artigo, percebo que os erros parecem se repetir no âmbito educacional. Novos documentos são lançados, mas a construção deles me parece ser vaga para os professores, assim como o seu processo de implementação. A ideia que está presente é que a base deve indicar o básico, que deve ser trabalhado em todas as escolas, mas a questão de adequação e fornecimento de recursos parece não estar ainda ocorrendo. O que me preocupa, pois, na minha opinião, é um prazo curto para a implementação desse documento.

## 6 Referências

BIGODE, Antonio José Lopes. Base, que base? O caso da Matemática.. In: CÁSSIO, F.; CATELLI JR, R.; (Org.). **Educação é a base?** 23 educadores discutem a BNCC.. 1ed.São Paulo: Ação Educativa, 2019, v. 1, p. 123-143.

BRASIL, Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação. 2018.

Disponível em: <

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)>

Acesso em: 28 jan. 2020.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

Lopes, A. C. Apostando na Produção Contextual no Currículo. In: AGUIAR, M. A. S.; DOURADO, L.F. (Org). *A BNCC na contramão do PNE 2014 – 2024: avaliação e perspectivas*. [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018.

PERTILE, K.; JUSTO, J. C. R. O desafio dos professores dos Anos Iniciais para o ensino da Matemática conforme a BNCC. **Ensino em Re-Vista**, v. 27, n. 2, p. 612-636, 28 abr. 2020.

SANTOS, Maria José da Costa dos. O currículo de matemática dos anos iniciais do ensino fundamental na base nacional comum curricular (BNCC): os subalternos falam? **Horizontes**, v. 36, n. 1, p. 132-143, jan./abr. 2018

SELLES, Sandra Lucia Escovedo. Entrevista concedida a Revista Retratos da Escola. In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 271-281, jul./dez. 2015.